

## PODER

## Master: reunião de Ibaneis e Vorcaro

Temer afirma que o ex-governador do Distrito Federal participou de encontro, em Brasília, com o banqueiro e o ex-presidente do BRB

» VINICIUS DORIA

O ex-presidente Michel Temer (MDB) confirmou, ontem, que participou de uma reunião, em Brasília, com o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB), o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. A informação foi dada em entrevista à CNN Brasil, mas o ex-chefe do Executivo não precisou a data do encontro. Disse apenas que o encontro se deu “bem antes da liquidação” e que ele participou como advogado contratado para prestar “consultoria e mediação” à instituição de Vorcaro.

O teor da entrevista de Michel Temer colide, em parte, com declarações anteriores de Ibaneis, em que admite ter estado com o dono do Master em “algumas oportunidades” — incluindo encontros na casa do próprio ex-governador e na mansão de Vorcaro em Brasília —, mas nega conversas específicas sobre as negociações para que o BRB adquirisse parte do capital da instituição do banqueiro investigado por crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

Temer confirmou ter recebido honorários do Grupo Master “para fazer essa intermediação e assessoria jurídica”, motivo pelo qual veio a Brasília participar do encontro com Ibaneis e Costa — “Vorcaro apareceu depois (na reunião)”, complementou o ex-presidente na entrevista.

Nesta semana, a imprensa teve acesso a declarações do Imposto de Renda do Master encaminhadas pela Receita Federal à CPI do Crime Organizado, no Senado. Os documentos mostram pagamentos milionários a quase 100 escritórios de advocacia em 2025, entre eles, o do ex-presidente, que recebeu cerca de R\$ 10 milhões, e o da mulher do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que recebeu R\$ 40,1 milhões — o maior montante pago no ano passado.

Também aparecem na relação

Carolina Antunes/PR



O ex-presidente Michel Temer disse não poder detalhar o conteúdo do encontro em Brasília por razões de confidencialidade profissional

## » Delação de Vorcaro

Na entrevista, o ex-presidente Michel Temer (MDB) disse não saber o que o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, irá revelar em eventual acordo de colaboração, mas avaliou que o empresário “tinha uma influência muito acentuada” e “os mais variados contatos”. Sobre o impacto político do caso, o ex-presidente afirmou que os efeitos mais severos devem aparecer a partir de julho, com o início das convenções partidárias. “Não está sendo bom para as campanhas políticas e para o quadro institucional geral no país”, disse.

de pagamentos do banco os escritórios do ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski (R\$ 2,3 milhões) e do presidente nacional do União Brasil, Antônio Rueda (R\$ 1 milhão). No total, as bancas contratadas pelo Master receberam R\$ 304,5 milhões, de acordo com as informações declaradas à Receita Federal.

“Não recebi dinheiro, recebi honorários”, frisou Temer, ao

explicar que, após deixar a vida pública, vive exclusivamente do trabalho como advogado. Ele, porém, não entrou em detalhes sobre o que foi conversado nessa reunião. “Há confidencialidade nessa matéria”, justificou. Os encontros entre Ibaneis e Vorcaro foram detalhados pelo próprio banqueiro em depoimento ao STF, em dezembro de 2025.

Quando o teor dos depoimentos foi revelado pela imprensa, Ibaneis relativizou a importância das conversas com Vorcaro. “Nunca tratei de nada relacionado ao BRB com o Vorcaro. Todas as tratativas foram feitas pelo Paulo Henrique (Costa)”, afirmou ele ao **Correio**, em janeiro.

A reportagem entrou em contato com Ibaneis para que comentasse a entrevista de Michel Temer, mas ele respondeu que não tinha mais nada a declarar sobre o assunto.

## CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado, tentou, por duas vezes, ouvir os esclarecimentos do ex-governador, mas ele não compareceu. Na primeira,

em fevereiro, Ibaneis havia sido “convidado” pela comissão. Na última terça-feira, ele deveria ter ido ao Congresso como “convocado”, mas um habeas corpus concedido pelo ministro André Mendonça, do STF, reconheceu o direito do ex-governador de não produzir provas contra si mesmo e o dispensou da obrigatoriedade de se submeter aos questionamentos dos parlamentares.

Para o relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), decisões como a de André Mendonça esvaziam o papel investigativo das comissões de inquérito. “Lamento a reiteração de decisões do Supremo Tribunal Federal esvaziando CPIs, porque esta comissão tocou em um ponto sensível em que ninguém havia tocado”, afirmou, após confirmada a ausência de Ibaneis.



Há uma certa confidencialidade nessas matérias. Isso é uma coisa ética, fundamental para o advogado”

“Acho que, neste particular do caso Master, nós não devemos criticar o nosso país, porque as apurações vão indo às últimas consequências”

Michel Temer, ex-presidente da República, esquivando-se de comentar o teor do encontro

Com o pedido de prorrogação negado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a CPI deve encerrar seus trabalhos na próxima terça-feira, quando está prevista a oitiva do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro — convocado na condição de testemunha. A previsão é de que, na sequência, será votado o parecer final de Vieira.

A comissão foi instalada em novembro de 2025 para apurar a atuação e o funcionamento das organizações criminosas no Brasil. As fraudes do Banco Master entraram no radar da investigação parlamentar por causa da suspeita de que empresas ligadas ao grupo econômico de Daniel Vorcaro poderiam integrar um esquema de lavagem de dinheiro a serviço do crime organizado.

## PRISÃO NA ITÁLIA

## Zambelli apela para tentar reverter extradição

A defesa da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) entrou com um recurso, ontem, para tentar reverter a decisão da Justiça italiana que autorizou a extradição para Brasil. A informação foi confirmada pelo advogado Fábio Pagnozzi, responsável pela defesa da parlamentar.

Zambelli foi condenada em dois processos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e está presa no exterior desde julho de 2025. O julgamento na Corte de Apelação de Roma foi concluído em fevereiro, e a decisão, comunicada em 26 de março.

Agora, o recurso será analisado, e a decisão final é de responsabilidade do governo italiano, por meio do Ministério da Justiça.

Como a defesa recorreu à Corte

de Cassação do país, o recurso pode ser negado pelo tribunal, e o processo pode ser encerrado em quatro a seis meses, conforme explica o professor especialista em direito internacional da UFSC Arno Dal Ri Júnior.

No entanto, o professor diz que, caso a Corte entenda que o recurso faz sentido, o mérito volta a ser analisado, e o processo de extradição pode se estender por até dois anos.

A decisão final cabe ao ministro da Justiça italiano, Carlo Nordio. Nessa etapa, a administrativa, critérios políticos poderão ser inseridos na avaliação do caso, de acordo com o professor da UnB, Vladimir Aras.

Se Nordio decidir pela extradição da ex-deputada, Zambelli

ainda poderá acionar a justiça administrativa italiana, no Tribunal Administrativo Regional (TAR) do Lazio. Se perder, ainda vai poder recorrer ao Conselho de Estado. Como última medida, a ex-deputada poderá requerer proteção à Corte Europeia de Direitos Humanos, em Estrasburgo, onde, segundo Aras, é pouco provável que tenha êxito.

Se ao final do processo a extradição for confirmada, a Justiça italiana comunica a embaixada brasileira em Roma e a polícia do país vai entregar Zambelli à Organização Internacional de Polícia Criminal, que vai colocá-la em um voo para o Brasil, acompanhada dos agentes criminais.

Em nota, os advogados Fábio Pagnozzi e Pieremilio Sammarco

destacaram que o recurso traz “questionamentos sobre o sistema carcerário brasileiro, críticas à atuação do ministro Alexandre de Moraes e possíveis irregularidades processuais”. “Desde o início, apontamos falhas no processo, tanto na ausência de correspondência do “crime de hacking” na legislação italiana quanto na forma como o pedido de extradição foi formalizado”, disse Pagnozzi.

Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica. A ex-deputada também foi sentenciada a cinco anos e três meses de prisão, por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Zambelli foi condenada pelo STF em dois processos e fugiu para o exterior

QUALIDADE  
DE VIDA  
TODO DIA

LANÇAMENTO

SQNW 105

COBERTURAS DUPLEX  
228,38 m<sup>2</sup> A 251,80 m<sup>2</sup>

ACESSE E SAIA MAIS

Paulo Octavio

CITRO